

## PRE - Projeto de Reestruturação e Expansão: um novo nome para o já conhecido REUNI



Após manifestações na Universidade, Reitoria da UFRRJ recua e não envia proposta do REUNI no prazo estipulado pelo MEC, para ingresso no Plano de expansão no primeiro semestre de 2008. Agora, apresenta o PRE à comunidade universitária. O projeto traz algumas mudanças, mas a essência é a mesma. *Página 4*

**Diretoria da  
ADUR-RJ, biênio  
2007/2009, tomou  
posse com  
discurso contra o  
REUNI**

**Páginas 7 e 8**



## Muita calma, mas com força, solidariedade e determinação: nota do ANDES-SN

Jornais de 27/11 divulgam notícia da Secretaria de Ensino Superior do MEC, segundo a qual, “a partir do próximo ano, até 2010, os professores das universidades federais terão uma recomposição salarial de até 69%”. Depois de apresentar sua proposta na Mesa de Negociação como sendo a final, o governo deslança campanha para forçar um acordo no dia 5 de dezembro.

Para isso, conta com uma força auxiliar, o PROIFES, que envia mensagens diretamente aos professores em todo o país positivando a proposta do governo. Para vender o seu peixe, o governo se utiliza até mesmo da mentira, pois não existe o professor que teria um reajuste de 69%, que seria o aposentado Associado 4. Somente daqui a seis anos, poderão existir professores, em atividade, ocupando essa posição na carreira. Além disso, confunde, maldosamente, reajuste com recomposição salarial como se não fosse acontecer inflação nesse período.

O atual governo está promovendo diversas negociações salariais com os segmentos de servidores que valem para todo o mandato - até 2010. Portanto, o que for definido neste final de ano para os professores, depois de um longo processo de negociações, **terá validade para além de 2010**. Por isso, a cautela neste momento é de fundamental importância. Está em discussão não apenas índices de reajustes salariais, mas principalmente a composição da remuneração e,

em relação a isso, há problemas sérios na proposta do governo que precisam ser corrigidos.

O cronograma que o governo pretende é: fechamento de acordo relativo às questões que envolvem os docentes da carreira do magistério do ensino superior em 5/12/07 e negociação relativa às dos docentes da carreira de 1º e de 2º grau de 6 a 20/12/07. Seus representantes na mesa afirmam que a proposta que pretendem apresentar para o 1º e o 2º grau terá semelhança estrutural com a proposta feita para o ensino superior. Portanto, há tempo para prosseguir as negociações na busca das melhores soluções para toda a categoria.

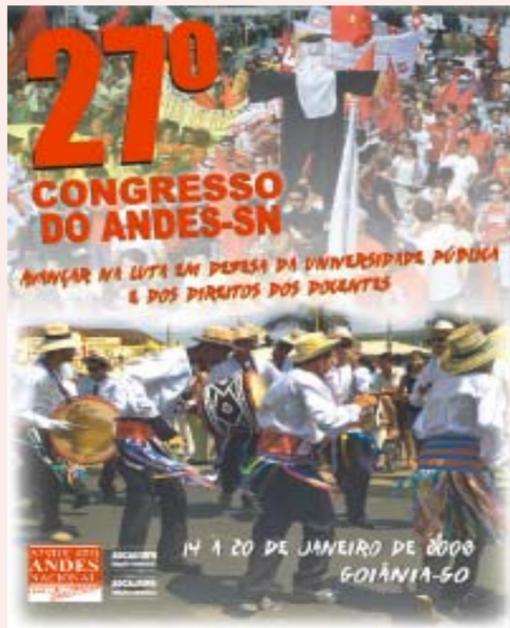
Até o momento, ocorreram importantes avanços nas negociações como a incorporação da VPI e da GAE ao vencimento básico e a equiparação da GED entre ativos e aposentados. No entanto, a remuneração passaria a ser composta de vencimento básico, gratificação ou adicional de titulação e GED, com uma compressão da tabela de vencimentos a partir da redução dos percentuais entre níveis (de 4,5% para 3,0%) e entre classes (de 9% para 6% e de 12% para 6% entre Adjunto 4 e Associado 1). A titulação deixa de ser percentual do vencimento básico. Não há regras para a definição dos valores da titulação e da GED, e o governo fica com o poder de manipular tais valores de acordo com suas conveniências. Destacamos a seguir alguns dos problemas resultantes desse poder. Os vencimentos

básicos dos regimes de 20h, 40h e Dedicção Exclusiva equivalem respectivamente a 1, 2 e 3,1. Manipulando os valores de titulação e Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado. da GED, o governo reduz sensivelmente a remuneração do regime de 40h, que passa a variar de 1,4 a 1,8 em relação ao regime de 20h. **A medida atende ao REUNI, pois será possível contratar professores para se dedicarem exclusivamente ao ensino a um custo relativamente baixo.**

No regime de DE, também com a manipulação da titulação e da GED, a valorização da classe de Associado se dá em detrimento da classe de Adjunto, no qual se encontra a grande maioria dos docentes das IFES, o que não quer dizer que os valores propostos pelo governo para a classe de Associado sejam satisfatórios. O Sindicato defende tratamento isonômico, e buscamos isso. Conclamamos os professores à discussão do assunto e à participação nas assembleias de suas seções sindicais que, em última instância, determinam o posicionamento da direção do ANDES-SN na Mesa de Negociações.

Nossa consideração final é a de que, para nossa segurança no futuro, devemos insistir na manutenção e estabelecimento de regras que reduzam a capacidade do atual governo e dos próximos de manipularem nossa remuneração por conveniências exclusivamente de gestão da máquina pública e de políticas que se sobreponham à autonomia das universidades. **Diretoria do ANDES-SN, em 27.11.07**

### 27º Congresso: avançar na luta em defesa da universidade pública e dos docentes



O 27º Congresso do ANDES-SN será realizado entre 14 e 20 de janeiro, em Goiânia, com o tema central “Avançar na luta em defesa da Universidade Pública e dos direitos dos docentes”. Cerca de 450 delegados, observadores e convidados das 114 seções sindicais do ANDES-SN participarão dos debates que definirão a atuação do Sindicato no próximo ano.

O presidente do Sindicato Nacional, Paulo Rizzo, afirma que, por ter sido convocado no contexto de enfrentamento ao Reuni, o 27º Congresso não poderia ter outro tema, já que o programa do governo visa a ampliar o número de estudantes nas universidades federais sem o aporte de recursos e a contratação necessária de docentes. Rizzo lembra que além das reformas educacionais, as universidades públicas federais têm vivido dias de autoritarismo. “Isso ficou bem evidente na maneira como grande parte dos reitores reagiu às manifestações de enfrentamento ao Reuni promovidas pelos estudantes. Presenciamos cenas lamentáveis de violên-

cia policial dentro dos *campi*, em vários pontos do país e simulacros de reuniões dos conselhos universitários, ocasionados pela obediência cega desses reitores ao governo. Atualmente, é isso que acontece: as decisões são tomadas de cima para baixo, os reitores obedecem ao governo e os conselhos universitários, aos reitores. Nesse esquema, a comunidade universitária não participa das decisões e a democracia na universidade pública não existe de fato”.

O presidente do ANDES-SN também alerta para a possibilidade da terceira etapa da reforma da Previdência. “Esse é um dos temas centrais da nossa luta em conjunto com outros setores do movimento sindical e social que não se deixaram cooptar pelo governo”, destaca. O Sindicato Nacional também atua no processo de reorganização dos trabalhadores e na construção de uma agenda autônoma de enfrentamento das reformas neoliberais em curso no país.

**FONTE: ANDES-SN**

#### Expediente

**Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN**

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. **Endereço:** Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

**Telefax:** (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb).

**Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** 2 mil exemplares

# EM DEFESA DOS PROFESSORES, DA AUTONOMIA E DA DEMOCRACIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

## Nota da Diretoria do ANDES-SN aos docentes das IFES

Historicamente os trabalhadores construíram sindicatos para defender seus interesses e assim também ocorreu com os docentes das instituições de ensino superior no Brasil. Primeiramente foram criadas associações de docentes nas instituições de ensino superior e, em 1981, foi criada a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES. Até a promulgação da Constituição de 1988, os servidores públicos eram proibidos de se organizarem em sindicatos, o que explica por que suas primeiras organizações foram associações. Em novembro de 1988, o II Congresso Extraordinário da ANDES transforma a entidade em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, com a denominação de ANDES - Sindicato Nacional - ANDES-SN. Hoje, o Sindicato Nacional conta com mais de setenta mil sindicalizados. Sua organização é inovadora, pois é, ao mesmo tempo, nacional e local, contando com seções sindicais que gozam de autonomia, sem o vício verticalista e antidemocrático do velho sistema confederativo.

A história mostra também que muitas direções de organizações sindicais abandonaram a defesa dos interesses da base que deveriam representar, o que, invariavelmente, deu-se com ataques à democracia dessas organizações.

Tais direções passam a defender interesses diferentes e, muitas vezes, antagônicos aos dos trabalhadores. Consequentemente, as entidades sindicais perdem sua autonomia. A participação democrática dos sindicalizados é a única forma de assegurar a autonomia de tais organizações, fazendo com que as diretorias sejam efetivamente órgãos executivos submetidos às instâncias deliberativas. Estas relações ocorrem não em situações idealizadas, mas no mundo real e, portanto, imersas em conflitos existentes. No caso do ANDES-SN os conflitos são, principalmente, aqueles que ocorrem nos locais em que o trabalho docente é realizado, as instituições de ensino superior. Em todos eles compete ao sindicato defender os interesses comuns dos professores.

Uma das principais particularidades dos conflitos existentes no atual período é que as forças políticas que apóiam o governo Lula tentam comprometer as entidades sindicais e os movimentos sociais no

apoio às políticas governamentais. Isto é, estamos diante de um governo que disputa espaço no interior dos movimentos, inclusive no movimento docente. Como parte dessa disputa, ataques são desferidos ao ANDES-SN, curiosamente alguns deles fazem acusação de partidarização da direção do Sindicato. Esta é apenas uma das expressões da mesquinhez argumentativa daqueles que consideram que os que não são capachos do governo definem sua intervenção a partir do fundamento a priori de oposição a ele. Os ataques ao ANDES-SN se avolumam nos momentos de enfrentamento a projetos do governo que reduzem ou retiram direitos dos professores. Foi assim, por exemplo, durante a luta contra a reforma da Previdência em 2003, experiência que contribuiu fortemente para a desfiliação do ANDES-SN da CUT, que é a principal organização sindical que dá suporte o governo. A carga volta agora nos conflitos relacionados ao REUNI e à adesão das universidades federais ao programa. A diretoria do ANDES-SN foi acusada, dentre outras coisas, de patrocinar ocupações de reitorias. Em outras palavras, acusou-se o ANDES-SN de estar por trás das ocupações, incentivando-as.

Declaramos a todos os professores das IFES que a diretoria do ANDES-SN não está por trás de nada, mas na primeira fileira, na mais visível que for possível do enfrentamento ao REUNI. Um sindicato como o ANDES-SN não se desvia por conta de intrigas, mensagens apócrifas e diante de qualquer tipo de tentativa de intimidação, que só visam quebrar a força da resistência a um projeto que prejudicará a qualidade da educação e aviltará as condições de trabalho dos docentes. A documentação produzida pelo sindicato sobre as conseqüências do REUNI é farta e tem sido amplamente divulgada e encontra-se disponível em sua página. Salientamos, neste momento, apenas a farsa de que o REUNI trará novos recursos para as universidades federais.

Ele é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. A Constituição Federal, em seu art. 84, inciso VI, alínea a, estabelece que os decretos do Presidente da República podem dispor

sobre “organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos” (grifo nosso). É por este motivo que o decreto estabelece, em seu art. 7º, que “As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação”. Os propalados recursos demandariam projeto de lei específico ou, como o sindicato tem alertado, ficarão resumidos à variação orçamentária nominal. O Programa, então, se concentra no seu art. 1º: “Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (grifo nosso).

O Sindicato defende a expansão da educação superior pública, mas ela não pode se dar com uma sobrecarga ainda maior dos professores. Ao contrário, ele deve se pautar contra toda forma de precarização do trabalho docente. As intimidações, muitas delas caluniosas, não faltam e não faltarão, mas elas fazem parte da luta e devem ser enfrentadas. Nos anima saber que a realidade é mais rica do que a imaginação. Mas, é uma realidade dura que exige um sindicato forte. Força que está em cada um dos docentes e se impõe pela combinação solidária dos membros da categoria.

Isto é particularmente importante no atual momento. Ao menos no discurso, o governo vem expressando alguns recuos tanto em relação ao REUNI como em relação às negociações salariais. Ele já está anunciando que mandará ao Congresso projeto de lei para autorizar a contratação de quinze mil professores. Afirma ter desistido de implantar uma nova gratificação por desempenho vinculada às metas do REUNI, mas pretende manter a GED, desvincular o incentivo de titulação do vencimento e conceder um reajuste salarial muito inferior ao reivindicado. Precisamos, portanto, intensificar nossa mobilização, avançar com a convicção da justiça da nossa luta, para que possamos ter nossas reivindicações atendidas.

Brasília, 1º de novembro de 2007

# Após estudantes ocuparem Reitoria, Administração Superior recuou e não apresentou documento do REUNI ao MEC

Conforme relatado na última edição do ADUR Informa, a Administração Superior da UFRRJ promoveu três dias de debates (16,17 e 25) sobre o REUNI, em outubro. Na ocasião, a Reitoria e a Comissão Consultiva por ela constituída para elaborar uma proposta de expansão nos moldes do que preconiza o Decreto nº6096/07, defenderam a adesão da UFRRJ ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A adesão de universidades federais ao referido programa, que visa a “criar condições para a ampliação do acesso e permanência da educação superior, no nível de graduação”, prevê o acréscimo de até 20% de recursos aquelas instituições que apresentarem sua própria proposta de crescimento, em até cinco anos. Além disso, a instituição federal de ensino superior (IFES) que apresentar sua proposta de REUNI ao governo deve adotar os critérios indicados pelo decreto: - garantir a conclusão de 90% do corpo discente (aprovação automática) e eleva a proporção entre professores e estudantes.

Se hoje, as IFES têm, em média, um professor para cada dez alunos, a partir do REUNI – que não está dissociado da Portaria Normativa nº22, que institui o professor equivalente – esta relação aumenta, sendo 18 estudantes para cada docente.

A ADUR-RJ tem insistido que a proposta do MEC não se distancia das diretrizes do Banco Mundial, que atacam veementemente o ensino superior público e o que eles chamam de “universidades de pesquisa”, que nada mais são do que as universidades preconizadas na nossa Constituição Federal, que devem se pautar pelo oferecimento não só do ensino, como também da pesquisa e extensão. A proposta oficial pode comprometer irremediavelmente.

## Protestos ocorreram em todo o país: estudantes ocuparam reitorias

Os estudantes das IFES têm se mobilizado e protestado de diversas formas, inclusive com ocupações de Reitorias.

Na UFRRJ, a situação não foi diferente. Os estudantes ocuparam o gabinete do Reitor e realizaram inúmeros atos que inviabilizaram as reuniões do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e do CONSU (Conselho Universitário).

Mais de 100 estudantes da UFRRJ ocuparam a Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no último dia 25. Sairam na tarde do dia seguinte, quando a Administração Superior comprometeu-se, por meio da circular nº02/GR, em não enviar a proposta para o MEC no prazo estipulado pelo governo, 29 de outubro.

Pela circular, a Administração Superior da UFRRJ afirma estar “ciente da necessidade de ampliar as discussões na construção do Projeto de Reestruturação e Expansão (PRE) da UFRRJ(...)”.

A mesma circular afirma que a Reitoria da Rural, “coerente com sua tradição de diálogo democrático e participativo com a comunidade universitária, resolve:

1) *suspender, neste momento, a apresentação da proposta do projeto de reestruturação e expansão (PRE) da UFRRJ para avaliação pelos Conselhos Superiores;*

2) *propor a continuidade dos debates em torno da proposta do PRE da UFRRJ, ampliando a agenda de discussões nas unidades acadêmicas, administrativas e nos segmentos representativos da comunidade universitária, objetivando a implantação deste projeto, em condições que garantam a disponibilidade dos recursos necessários, para o ano de 2008 (...)*”.



No entanto, o novo documento divulgado pela Administração Superior da UFRRJ reafirma as cláusulas pétreas do REUNI, com uma pequena mudança em relação à taxa de conclusão – em vez de 90%, 80% - “como meta própria e realista”. Os índices de aproveitamento na educação superior dos Estados Unidos e na Itália são de 54% e 48%, respectivamente. Atualmente, a taxa de conclusão média nos cursos das universidades federais é de 60%, nos países que integram a OCDE é de 70%, na França, Bélgica e Suécia, abaixo de 70%, mas a “meta realista” da UFRRJ é de 80%.

Os representantes da Administração Superior da Universidade e os membros da Comissão Consultiva sustentam que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro deve aderir ao REUNI, agora chamado de PRE (Projeto de Reestruturação e Expansão), para não ficar à margem das outras IFES, relegada ao “segundo plano” pelo governo federal. Governo este que afirma que o REUNI não fere a autonomia universitária. Porém, como os gestores da UFRRJ deixaram transparecer, aquelas

instituições que não aderirem ao REUNI poderão sofrer represálias do MEC.

AADUR-RJ entende que as IFES não podem ser reféns desta política coercitiva. O REUNI retira direitos e vai contra o projeto histórico defendido pelo Sindicato Nacional, em prol de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

**Dia 28 de novembro, o Prof. Dari Cesarim Sobrinho, representando a ADUR-RJ, participou de reunião do CEPE. Na ocasião, ele apresentou documento que reafirmou a posição crítica da ADUR-RJ em relação ao REUNI. Solicitou que esta informação constasse em ata.**

**Dia 30 de novembro, a Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar participará do CONSU - Conselho Universitário, explicitando novamente que a ADUR-RJ é contra o REUNI e quaisquer outras medidas (ainda que elas recebam outra denominação) que ameacem o ensino público de qualidade.**

**Acesse o site da UFRRJ ou da ADUR-RJ e conheça a minuta do PRE - Projeto de Reestruturação e Expansão feito pela Reitoria. Participe das discussões.**



# Presidente do ANDES-SN analisa a resistência ao REUNI



R\$ 59,87. Isso corresponde a uma de nossas reivindicações. No entanto, o que o governo dá com uma mão retira com a outra e propõe a separação do incentivo de titulação do vencimento básico, o que resulta em perdas para os professores. Portanto, exigimos a manutenção do incentivo de titulação na composição do vencimento. A proposta do governo distorce a relação hoje existente entre os regimes de 20 horas, 40 horas e de Dedicção Exclusiva, com uma valorização maior do primeiro regime. Isso é preocupante, principalmente em tempos de REUNI. Poderemos ter uma compreensão mais clara dos problemas depois que conhecermos a proposta que ele apresentará para os docentes da carreira de 1º e de 2º grau. Considerando que os valores apresentados pelo governo são para novembro de 2010, os ganhos salariais são muito pequenos se considerarmos que não tivemos qualquer reajuste este ano e que, portanto, a inflação acumulada será de mais de quatro anos.

**- Durante as reuniões de negociação da pauta dos docentes, o Ministério do Planejamento tem dito que pretende construir uma proposta de consenso com as entidades, no entanto, apresentou uma proposta fundamentada em diretrizes que vão de encontro às reivindicações e tem insistido em negociar em momentos diferentes com as carreiras de 1º e 2º grau e de 3º grau. Como o ANDES-SN analisa essa contradição entre discurso e prática?** - A negociação se dá não apenas em torno de índices de reajustes, mas em torno da composição da estrutura remuneratória e as propostas buscam atender objetivos diferentes, o que dificulta se chegar a um acordo e a possibilidade de um consenso é ainda mais remota. Veja bem, reivindicamos paridade entre ativos e aposentados e a política do governo é a de reduzir ainda mais os benefícios e os direitos dos atuais e, principalmente, dos futuros aposentados. A remuneração por desempenho é também política do governo, enquanto defendemos que a avaliação de desempenho deve se restringir aos processos de progressão na carreira. Por último, mas não menos importante, nós reivindicamos tratamento isonômico para todos os professores e a separação das negociações em momentos distintos para os docentes do ensino superior e para os de 1º e 2º graus é expressão de uma política que insiste no tratamento diferenciado. É importante ressaltarmos que os resultados da atual negociação serão implantados parceladamente em 2008, 2009 e 2010, e que suas consequências serão de longo prazo.

**- Quais os principais problemas contidos nas diretrizes apresentadas pelo governo?** - O governo deveria completar este ano um processo iniciado em 2004 de aproximação do valor da GED dos aposentados ao da GED dos docentes em atividade, mas ele quer manter a diferenciação até, pelo menos, 2010. Insistimos que a distorção existente hoje deve estar entre as primeiras medidas a serem implantadas sob pena de correremos o risco de jamais conquistar tal reivindicação. O governo propõe a incorporação ao vencimento básico de duas parcelas que atualmente compõe a remuneração dos docentes, a GAE, que é uma gratificação que equivale a 160% do vencimento, e a VPI, que é uma parcela fixa no valor de

compreensão mais clara dos problemas depois que conhecermos a proposta que ele apresentará para os docentes da carreira de 1º e de 2º grau. Considerando que os valores apresentados pelo governo são para novembro de 2010, os ganhos salariais são muito pequenos se considerarmos que não tivemos qualquer reajuste este ano e que, portanto, a inflação acumulada será de mais de quatro anos.

**- De acordo com o MEC, pelo menos metade das IFES aderiram ao REUNI com propostas de planos para implementação no primeiro semestre de 2008, mesmo sob protesto da comunidade acadêmica. Como o ANDES-SN avalia esse processo, desde a edição do Decreto 6.096/07?** - Eu acho precipitado travar um debate em torno de números referentes a quantidades de adesões e de não adesões ao REUNI. Estamos vivenciando um processo que tem uma heterogeneidade muito grande. Há universidades que aderiram logo, outras demoraram mais tempo, outras, como é o caso da Universidade Federal de Uberlândia, ainda nem pautaram o assunto em seus conselhos universitários. Um aderiram praticamente sem discussão, enquanto em outras o debate foi intenso e os projetos são diferentes, nem todos estão adequados exatamente às metas do REUNI. O ANDES-SN e suas seções sindicais vão continuar acompanhando ativamente os processos em curso. Digo ativamente porque continuamos em luta. Penso, ainda, que estamos apenas no começo da luta contra os efeitos deletérios do REUNI.

**- As propostas apresentadas ao MEC pelas IFES ainda dependem do parecer dos técnicos do Ministério. E a discussão sobre o REUNI continuará na outra metade das IFES que ainda não aderiu ao programa, pelo menos até o dia 7 de dezembro, fim do segundo prazo para a adesão. Ou seja, o REUNI seguirá forte na agenda dos movimentos docente e estudantil, quais as contribuições que o ANDES-SN pretende dar a esse debate?** - A experiência mostra que devemos dar uma atenção grande à defesa da autonomia das universidades e da democracia nos processos em curso e, na medida do possível, temos que fazer chegar nossas análises a maior quantidade possível de professores e demais membros das comunidades universitárias. É preciso, então, que tenhamos

uma postura firme diante de práticas antidemocráticas e de tentativas de criminalização dos movimentos sociais.

**- A mobilização da Frente de Luta contra a Reforma Universitária trouxe êxitos como a não adesão de algumas universidades ao REUNI. Que outros aspectos positivos você destacaria dessa mobilização?** - Os projetos de algumas universidades não correspondem exatamente aos objetivos do REUNI. O próprio MEC apresenta, ao menos em nível do discurso, alguns recuos, como por exemplo, anunciar que o governo vai mandar para o Congresso Nacional um projeto de lei para autorizar a contratação de 15 mil professores, número que já sofreu duas elevações nas últimas semanas. Penso que o REUNI de hoje já não mais o mesmo do anunciado em abril. É um processo político em curso. Isto é, um processo de lutas em que nada está decidido a priori.

**- Como o ANDES-SN tem apoiado o movimento estudantil em suas mobilizações?** - Temos muitos parceiros na luta contra o REUNI e na defesa da universidade pública e buscamos a unidade dos três segmentos da comunidade universitária nas lutas em curso. As mobilizações contra o REUNI, por exemplo, devem ser comuns aos três segmentos. Cada movimento tem sua autonomia para definir suas formas de luta. Quando os professores decidem fazer uma greve, os estudantes evidentemente não participam da deliberação. Exigimos deles respeito a autonomia de nosso movimento e buscamos neles a solidariedade, ainda que em todas as greves haja oposição de parcela considerável dos estudantes. Respeitamos a autonomia do movimento estudantil e somos solidários às suas lutas.

**- Nesse contexto de lutas, que avaliação você faz da atuação do ANDES-SN após a filiação à Conlutas, decidida pelo 27º Congresso e que completou seis meses no final de outubro?** - Já tendo participado da CUT e estando hoje na Conlutas, tenho uma sensação de alívio muito grande, é como se tivéssemos conseguido arrancar algo que nos sufocava e passássemos novamente a respirar. Esta minha sensação se deve ao fato de que a Conlutas é algo efetivamente novo. Ela é pequena ainda e sua prática é oposta a de muitas organizações que surgiram ao longo da história e que se transformaram em verdadeiros guetos. Ela se abre a todos que estejam desejosos de lutar. Este ano foi marcado pela retomada de importantes lutas que culminaram com a marcha do dia 24 de outubro contra as reformas do governo, em especial a da previdência. O movimento docente deve agora começar a construir suas contribuições para o congresso da Conlutas que ocorrerá no próximo ano.

**Entrevista realizada por Elizângela Araújo e publicada no site do ANDES-SN**  
[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

## REUNI: fábrica de ilusões

Você acredita em magia? O espantalho, o homem-de-lata, o Leão e a menina Doroth acreditaram. Por isso, na estória infantil, saíram em busca do grande Mágico de Oz. O espantalho, por exemplo, queria realizar seu sonho de ter inteligência, conhecimento... mas, como era feito de palha, não tinha nem mesmo um cérebro!

O grande Mágico de Oz, entretanto, não passava de um impostor. E para esconder de todos que não possuía poderes extraordinários, encontrou uma falsa solução para realizar o sonho do espantalho: em vez de um cérebro, concedeu-lhe um diploma!

Agora, o governo Lula quer utilizar um expediente parecido para melhorar as estatísticas educacionais do país. Para aumentar o número de brasileiros com diploma de ensino superior, criou o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI.

O REUNI nada mais é do que uma falsa solução para os reais problemas da educação brasileira. Em vez de assegurar uma formação de qualidade, propõe-se a lotar as salas de aula das universidades públicas de estudantes. E o pior: aprová-los automaticamente, tenham eles adquirido conhecimento ou não.

Com isso, perde toda a sociedade. E perdem também os docentes do ensino superior, que terão que trabalhar muito mais, ganhando mal, sem contar com uma infra-estrutura satisfatória e ainda com a frustração de saber que os estudantes não sairão da universidade bem formados. É por isso que o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES diz NÃO AO REUNI e convida para participar da luta em defesa da universidade pública e de qualidade!

FONTE: ANDES-SN



### Na ANPED, também há reações contra o REUNI

Durante a 30ª Reunião Anual da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), realizada de 7 a 10 de outubro, em Caxambu, professores do GT-9 (Educação e Trabalho) e do GT- 11 (Política da Educação Superior) elaboraram moções criticando o REUNI, que foram aprovadas na Plenária do evento, por ampla maioria.

A moção do GT-11 foi assinada pelos professores Vera Jacob, Célia Otranto, Olgaíses Maués, Regina Michelloto e Ângela Siqueira e defendida na plenária final pela Professora Celia Regina Otranto, diretora da ADUR-RJ, que esteve participando ativamente das discussões na ANPEd. As moções afirmam que seus signatários reivindicam “a revogação do Decreto que instituiu o REUNI” e defendem que “expansão da educação superior pública seja efetivada por vias democráticas, com qualidade sustentada pela garantia de financiamento público, o que não está assegurado pelo referido programa”.

## ANDES-SN não é o único a criticar o REUNI: Secretários da SBPC produzem manifesto contra o Plano de Expansão decretado pelo governo federal

Seis secretários regionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC divulgaram um manifesto, no dia 6/11, condenando o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

### Confira o manifesto

Os Secretários Regionais da SBPC das regiões Sul e Sudeste, Maria Alice Lahorgue e Maíra Baumgarten (RS), Marcos Cesar Danhoni (PR), Maria Suely Soares (seccional Curitiba), Suzana Salem Vasconcelos e João Ernesto Carvalho (SP), reunidos em Porto Alegre nos dias 29 e 30 de outubro de 2007, discutiram as linhas gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior e manifestam seu estranhamento e preocupação diante da constatação de que tal programa representa a prática de políticas contidas na proposta de Reforma do Ensino Superior do Go-

verno Federal, as quais ferem frontalmente a concepção e a autonomia da Universidade Brasileira e apresentam sérias implicações futuras em relação à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nestas instituições.

### Críticas dos secretários ao Reuni

Ao condicionar a expansão e reestruturação ao cumprimento de metas, que são de competência acadêmica das IFES, como a disposição de cursos e programas de ensino e a organização curricular, ele (Reuni) fere o Artigo 207 da Constituição Federal, que garante a Autonomia Universitária.

As duas metas às quais todos os Projetos do Reuni estão submetidos, ou seja, 90% de taxa de aprovação e a relação de 18 alunos por professor, são incompatíveis com a qualidade de ensino.

A elevação da relação aluno/professor, num contexto de ampliação do acesso ao ensino superior público é uma medida que vai concorrer na direção oposta da melhoria da taxa de conclusão (diplomação). Secretários regionais da SBPC condenam o Reuni

A inclusão de egressos do ensino médio, com maior carência de formação geral sólida, requer uma maior atenção didática/pedagógica e, portanto, um atendimento diferenciado, que deve resultar em um número menor de alunos por professor.

O financiamento para o Reuni é muito tímido para os objetivos gerais esperados, com um custo médio para as novas vagas 50% menor em relação às vagas atuais, o que, ao final dos cinco anos de programa, vai resultar numa forte diminuição do investimento por aluno no ensino superior, que deve refletir negativamente na qualidade de ensino.

Tudo isto, aliado à restrição da ampliação dos gastos com pessoal no serviço público federal, imposta pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), deve causar um aprofundamento da precarização do trabalho docente nas IFES.

Desta forma, os secretários definiram uma posição contrária ao Reuni, por entender que este Programa não contribui para a qualidade da Universidade Pública Brasileira.

Fontes: JC Online e site da ADUFRJ

# Diretoria da ADUR-RJ, biênio 2007/2009, tomou posse em discurso que teceu críticas ao REUNI



agentes sociais repercutem em suas trajetórias pessoais. Reafirmou a legitimidade da ADUR-RJ e das demais entidades que representam segmentos da Universidade, enfatizando que seus dirigentes assumiram um compromisso com a comunidade e que devem empenhar-se para realizar suas funções com seriedade e responsabilidade.

Em seguida, o representante do ANDES-SN parabenizou a diretoria eleita, sobretudo porque a Associação de Docentes da UFRRJ atuou de forma combativa diante da atual conjuntura política brasileira, denunciando o decreto que instituiu o REUNI. Além de tecer duras críticas contra o REUNI e de reforçar a necessidade de mobilização da categoria docente, o Prof. Julio Carlos Figueiredo defendeu o direito de livre associação dos professores, reforçando que as associações de docentes devem preservar sua autonomia em relação às instâncias superiores das Universidades.

Posteriormente, o representante do SINTUR, Paulo José Ferreira, disse estar contente com a posse da diretoria da ADUR-RJ, pois, especialmente no último biênio, houve uma aproximação maior entre a Associação de Docentes e o Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRRJ, o que facilitou a luta conjunta. Paulo José Ferreira também criticou o REUNI, afirmando que o governo não contava com a forte reação, mobilização e união dos representantes de professores, estudantes e técnico-administrativos das instituições. Ele afirmou que frente à atual conjuntura política nacional, as três categorias superaram as diferenças e se uniram em prol de um objetivo comum, que é defender a universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Ele disse que a ADUR-RJ tem que estar cada vez mais fortalecida como entidade porque assim trará contribuições e reflexos positivos ao debate político e à comunidade universitária.

Em seguida, a presidente da ADUR-RJ, Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar informou que todos os diretores foram reeleitos para os respectivos cargos que ocupavam na gestão anterior (biênio 2005-2007), à exceção do Prof. Aivaldo Henrique – a quem

ela agradeceu. Ele foi substituído pelo Prof. José dos Santos Souza, cuja ausência na cerimônia foi justificada. Ela passou à palavra à Profa. Celia Regina Otranto que, discursou em nome da Diretoria da ADUR-RJ, recuperando a história da Associação desde a sua fundação. Ela contou que houve resistência dos próprios professores à sua criação porque eles não se viam como trabalhadores no sentido lato da palavra. Citou que a ADUR-RJ funcionou nas salas dos professores Jair Rocha Leal e Antonio Constantino até 1981 – quando a Sede foi construída. A Profa. Celia Otranto disse que ainda hoje há contestações de professores à Associação de Docentes, e que, por isso, o trabalho da ADUR-RJ tem que ser constante. Ela afirmou ainda que justamente por ter a democratização da universidade pública e sua expansão como bandeiras históricas, o ANDES-SN e a ADUR-RJ são contra o REUNI.

Ela disse que a Associação de Docentes não pode aceitar que este decreto, fruto de uma política autoritária, seja implementado na UFRRJ sem que haja discussão e análise de grande parte da comunidade universitária. Enfatizou que a Associação de Docentes não aceitará prazos sufocantes que impedem o debate e que facilitam a dominação ideológica em troca do ‘tilintar de moedas’, pois as metas principais do REUNI, se seguidas à risca, podem destruir as Universidades Públicas Federais, promovendo a queda na qualidade do ensino e a exploração do trabalho dos docentes e dos funcionários



técnico-administrativos. Reafirmou que a ADUR-RJ entende que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como todas as outras IES, deve se auto-avaliar com frequência, buscando sempre a melhoria da qualidade do ensino. Enfatizou que a ADUR-RJ não é contra a expansão e ampliação da UFRRJ, mas que ela não pode se dar via decreto e da forma estabelecida pelo governo federal – pois o crescimento de cada instituição deve ser planejado de acordo com as suas necessidades e especificidades.

O Prof. Francisco Silva também se manifestou, representando a Associação dos Docentes. Em seu discurso, ele reafirmou o compromisso assumido pela Diretoria da ADUR-RJ, explicitando que todos os seus membros pretendem honrar a importância e a trajetória histórica da Associação de Docentes da UFRRJ em defesa dos direitos dos seus associados e da qualidade do ensino público superior.

Após, o representante da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Marcelo de Souza Grade, assumiu a palavra e parabenizou aos professores eleitos. Também criticou o REUNI e reafirmou a necessidade de mobilização da categoria para obter êxito nos enfrentamentos ao governo federal.

Seguindo o protocolo, o Prof. Jorge Jacob Neto empossou a Diretoria da ADUR-RJ, biênio 2007-2009: Presidente – Lenir Lemos Furtado Aguiar (IB); 1º Vice-Presidente – Lenício Gonçalves (IB); 2º Vice-Presidente –

Celia Regina Otranto (IE); 1º Secretário – José dos Santos Souza (IM); 2º Secretário – Dari Cesarin Sobrinho (ICE); 1º Tesoureiro – Francisco de Assis da Silva (ICE); 2º Tesoureiro – Delson Lima Filho (IT).

A seguir, a presidente da ADUR-RJ deu posse ao novo CONSELHO DE REPRESENTANTES para o BIÊNIO 2007-2009, como segue: IA – Adelson Paulo de Araújo (Titular – mandato 2 anos); IB – Joecildo Francisco Rocha e Maria Mercedes Teixeira da Rosa (Titular e Suplente – mandato 2 anos); Orlando Marques da Costa e Antonio José M. Nunes (Titular e Suplente – mandato 1 ano); ICE – Maria Teresa Carneiro da Cunha e Julio Hokama (Titular e Suplente – mandato 2 anos); Rosane Ferreira de Oliveira e Sergio Drummond Ventura (Titular e Suplente – mandato 1 ano); ICHS – Gisele Maria Costa Souza e Cesar Augusto M. Guedes (Titular e Suplente – mandato 2 anos); Margareth de Almeida Gonçalves (Titular e Suplente – mandato 1 ano); IE – José Henrique dos Santos e Adail Castro Filho (Titular e Suplente – mandato 2 anos); IF - Luis Mauro S. Magalhães e Jorge Mytio Maeda (Titular e Suplente - mandato 2 anos); IM - Robson Dias da Silva (Titular - mandato de 2 anos); IT - Wellington Mary (Titular - mandato de 2 anos); IV - Odivan Deusdará Rodrigues e Antonio Paulo M. Gomes (Titular e Suplente – mandato 2 anos); IZ - Fernando Augusto Curvello (Titular - mandato de 2 anos); CTUR - Elenice Santos A.C. de Paula e Regina Cohen Barros (Titular e Suplente – mandato 2 anos).

Ao final da assembléia de posse, todos participaram de um coquetel, na sede da ADUR-RJ.



## Chapa “Determinação e Luta” vence eleição no SINTUR



Após eleições ocorridas em outubro, a nova Diretoria do SINTUR, biênio 2007/2009, tomou posse, recentemente, em cerimônia que contou com a presença à mesa do Reitor da UFRRJ, Prof. Ricardo Motta Miranda, da presidente da ADUR-RJ, Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar e do representante discente Ítalo Franco.

A nova coordenação do Sintur-RJ é composta pelos técnico-administrativos: Aurení Cruz da Silva e Daniel Gomes Lopes, aposentados; Paulo José Ferreira, BC; Sônia Marta de Paula Rodrigues, DCF; Lélia de Oliveira Andrade, DP; Estevão Fernandes de Moura, Robson Teixeira Mendes e Rogério da Silva Resende, DGV; Sérgio do Amaral Alves, IA; João Edísio Bezerra, IB; Antônio Carlos Valentim Neves e Marta Elizabete da Silva, IV; Carlos Alberto dos Santos Chaves e Emerenciana Luiza Gonçalves, IZ; Gilson Cláudio Ribeiro, IT; Mário Ferraz, PU; Antônio Rodrigues de Farias e Sérgio Antônio Ramos, RU e Ivanilda Oliveira Silva Reis, Serviço Médico.